

## REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

**30 de Setembro de 2015 – 14,30**

### RESUMO

Na reunião estiveram presentes o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário e o Chefe de Gabinete. Todas as Organizações que integram a Comissão se fizeram representar, nomeadamente, FAPPC, FENACERCI, FPDA, HUMANITAS e UNICRISANO.

O Secretário de Estado abriu a reunião dizendo que só tinha marcado a reunião depois de receber a segunda solicitação que lhe fizemos, por entender que não o deveria fazer como resposta ao nosso protesto. Por decisão das entidades que integram a Comissão, coube ao representante da FENACERCI fazer a intervenção de enquadramento, tendo referido o seguinte:

- a. As organizações sentiram-se legitimamente defraudadas e desrespeitadas pela forma como o ME conduziu o processo e pela completa ausência de informação, relativamente às decisões tomadas pela Comissão em 8 de Maio. Contrariamente à posição do Secretário de Estado, entenderiam as organizações que perante o sinal de alerta que estava claramente associada ao protesto, deveria ter sido o Ministério da Educação a de imediato tomar a iniciativa de reunir.
- b. Não aceitamos que fiquem necessidades educativas sinalizadas pelas escolas por atender, seja qual for a razão que o determine.
  - Rejeitamos firmemente um modelo de financiamento cujos critérios desconhecemos e que não cumpre minimamente os compromissos assumidos, designadamente no que concerne à duração dos apoios, à plurianualidade das intervenções e à cobertura total de custos.
  - Provámos, através de mapas ilustrativos de um estudo comparativo que fizemos a 40 CRI's, cerca de metade do total e envolvendo todas as regiões, e tendo em conta os financiamentos aprovados em 2014/15 e 2015/16, que o financiamento aprovado pela DGEst não obedece a critérios compreensíveis e resulta sempre numa penalização para as organizações. Provámos que mesmo quando há acréscimos nominais ao financiamento, o decréscimo real torna-se evidente quando contabilizamos o aumento do número de alunos e volume de apoios, e mais evidente ainda se considerarmos que os montantes aprovados não cobrem a totalidade dos custos da ação.
- e. Não aceitamos apoios de meia hora, porque não servem para coisa nenhuma
- f. Questionámos o Sr. Secretário de Estado se entendia razoável falar de flexibilidade, quando os apoios eram indicados nominalmente e com durações pré determinadas.
- g. Entendemos que o processo tem que ser revisto, garantindo-se a totalidade

dos apoios necessários e o correspondente financiamento.

h. Sublinhámos que, tratando-se da consagração de direitos das crianças e famílias, o custo das intervenções deve ser entendido como um investimento e não como uma despesa corrente, que pode sem grandes consequências ser contida ou suprimida.

- Defendemos ainda que era necessário objetivar um suporte legal para os CRI's, que continuam a ser uma realidade híbrida, pendurada no 3/2008, mas sem quaisquer compromissos assumidos pelo Estado relativamente ao seu papel concreto e à sua sustentabilidade.

O Secretário de Estado começou por referir as limitações orçamentais e a circunstância de não ter havido cortes no montante global de apoio aos CRI's. Lembrou que nos últimos anos, houve até um reforço de cerca de dois milhões de euros. Referiu o o Gabinete tem estado a trabalhar num projeto de decreto-lei nesta matéria para o futuro, mas entenderam não ser este o timing para o fazer, competindo ao próximo Gabinete fazê-lo, se assim o entender. Referiu que o despacho que referiu, e que não terá sido entendido assim pela DGEst (???) apontava para um cálculo global do número de alunos e do montante financeiro, deixando a negociação para a relação dos CRI'S com os Agrupamentos. Disse ainda que, apercebendo-se do problema das listas nominais, deu orientações para que a situação pudesse ser flexibilizada. Não admitiu como possível qualquer reforço de verba dadas as limitações orçamentais, embora tivesse dito que, como em anos anteriores, poderia haver lugar a algumas correções.

O representante da FENACERCI saudou o facto de se estar em processo de construção legislativa, mas lamentou que as organizações não estejam envolvidas no processo. Referiu que uma parceria não pode funcionar, quando uma das partes não está devidamente informada para poder informar os seus representados. Quanto à flexibilidade, referiu que qualquer alteração que agora venha a ser feita, implicando alterações a listas nominais, levantará problemas e gerará novas injustiças.

O representante da FAPPC corroborou todas as preocupações enunciadas e lembrou que o aumento de dotação que se verificou de 2013 para 2014, não pode ser dissociado do aumento substancial de CRI's que quase duplicaram. Por conseguinte, houve um ajustamento que teve a ver com a abrangência e não com o equilíbrio do modelo de funcionamento dos custos dos CRI's.

O representante da HUMANITAS referiu ainda a pressão que se tem feito sentir junto de alguns CRI's, por parte da Inspeção Geral de Ensino, para que os apoios tenham apenas lugar antes e depois da atividade letiva, o que obviamente não é possível de considerar, quer por razões de direitos de trabalho dos técnicos envolvidos, quer por impedimentos de natureza logística, de um sistema onde como se sabe um técnico pode ter de prestar apoios em várias escolas ou agrupamentos.

A representante da Federação Portuguesa de Autismo referiu que o trabalho da Comissão tinha sido bastante produtivo e que lamentava que se tivesse depois levantado os problemas sinalizados.

Numa intervenção final, o Secretário de Estado questionou sobre a participação das Organizações na Comissão.

O representante da FENACERCI disse que sobre a suspensão da participação na Comissão, esta só seria revogada se houvesse fundadas razões para o fazer. Não valia a pena estar na Comissão, para depois ver desrespeitado o trabalho e as decisões que ali são tomadas. A Comissão analisará por isso, qualquer proposta que lhe seja formulada e em função da leitura que fizerem as organizações, se decidirá ou não pela participação. Lamentou que quer a DGE quer a DGEst tenham falhado no seu dever de informação atempada, porque se a orientação que foi adotada tivesse sido conhecida com mais tempo, talvez pudéssemos dar outro sentido e eficácia ao protesto. Referiu que as organizações se irão manter mobilizadas, porque não abdicam da necessidade de alterar o estado de coisas que foi criado, com um modelo de financiamento que não serve as crianças, nem as famílias, nem as escolas, nem as organizações. Informou por isso que, para além de uma carta para o Senhor Ministro da Educação iriam de imediato seguir cartas subscritas por todas as organizações para os líderes de todos os partidos que têm assento parlamentar e são candidatos às eleições.

LISBOA, 30 de Setembro de 2015

FAPPC, Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral; FENACERCI, Federação Portuguesa de Cooperativas de Solidariedade Social; FPDA – Federação Portuguesa de Autismo; HUMANITAS, Federação Portuguesa para a Deficiência Mental; UNICRISANO, União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros